


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0008831-32.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **RHAUHANY MARCIELI BLANCO**  
 Requerido: **OTON CARVALHO e outro**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,  
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos  
 à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação onde o autor alegou que  
 contratou o réu para intermediação na aquisição de um imóvel.

Ressalvou que em que pese os pagamentos que  
 efetuou o réu não lhe entregou o imóvel, razão pela qual houve a rescisão do contrato.

Almeja a restituição do valor que pagou.

O réu em contestação refutou as alegações do  
 autor alegando que a corretora que intermediou o negócio não era mais funcionária da  
 imobiliária, bem como que possui outras duas notas e três recibos não assinados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Todavia, o réu não impugnou de forma concreta e específicas os fatos alegados pelo autor, ou seja, não bastava o réu simplesmente impugnar os fatos, mas lhe tocava fazê-lo de maneira específica.

A alegação que a corretora que ofertou o atendimento ao autor não era mais funcionária da imobiliária veio desacompanhada de sequer um indício que lhe conferisse verossimilhança

Em suma, a ré não fez prova consistente de suas alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Os documentos juntados pelo autor amparam suficientemente suas alegações dando conta do contrato firmado entre as partes e dos pagamentos realizados.

Os recibos e notas promissórias resgatadas pelo autor, estão estampados com a logomarca do réu, que se valeu da prestação de serviços de corretor para a implementação de transações inerentes ao seu ramos de atividade.

Atuando dessa maneira, haverá de arcar com as consequências que porventura derivem do procedimento, inclusive se – e quando – alguém supostamente perpetra atos contra sua orientação.

Nesse contexto, inexistindo base sólida para a impugnação aos documentos de fl. 7/11, que é compatível com a forma de contratação estipulada pela própria ré, o acolhimento da pretensão deduzida transparece de rigor, incumbindo à mesma tomar as providências necessárias para a devida fiscalização a seu propósito, sem prejuízo de buscar regressivamente o ressarcimento contra quem repete o causador do problema apresentado.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pelo autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 5.250,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

São Carlos, 10 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**